

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO nº 27/2010

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento ao requerimento da Promotoria de Justiça da Comarca de Conceição do Mato Dentro, foi realizada vistoria em vários imóveis históricos daquela cidade nos dias 25 e 26 de maio de 2010, pelas analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães.

Este laudo técnico tem como objetivo analisar estado de conservação e indicar medidas necessárias para a preservação do imóvel do Colégio São Joaquim, localizado à Rua Daniel de Carvalho, centro, município de Conceição do Mato Dentro.

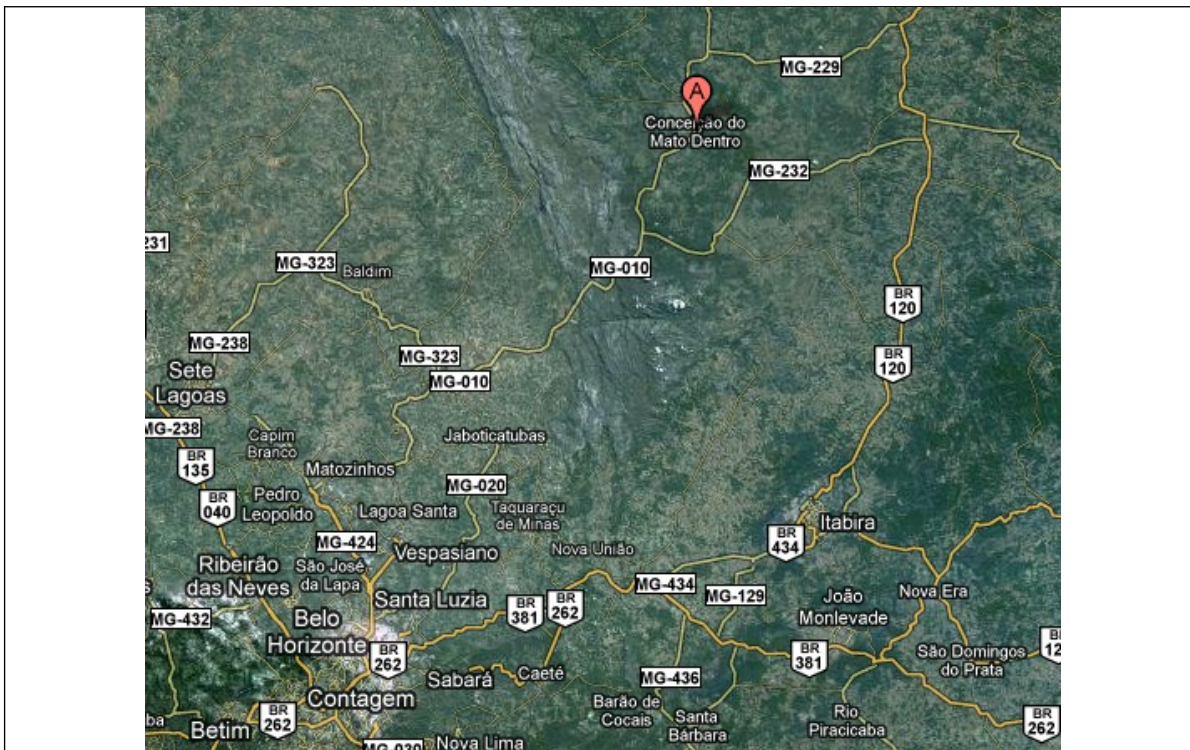


Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Conceição do Mato Dentro (indicado por elemento na cor vermelho). Fonte: *GoogleMaps*. Acesso em: maio de 2010.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção no bem cultural com registro fotográfico, leitura do livro “Construção da Agenda 21 local – Conceição do Mato Dentro/MG. Outubro de 2007” e o Plano de Inventário dos bens culturais do Município de Conceição do Mato Dentro. Pesquisas: Biblioteca Pública Estadual e IEPHA.

3 - BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO¹

No início do século XVIII um grupo de bandeirantes liderados pelo Coronel Antônio Soares Ferreira, partindo de Sabará, atingiu a região conhecida como Ivituruí ou Serro Frio e encontraram ouro na região. Os sertanistas Gaspar Soares, Manoel Corrêa de Paiva e Gabriel Ponce de Leon resolveram, no entanto, prosseguir a conquista de outras áreas na região, como, por exemplo, fundaram o arraial de Nossa Senhora da Aparecida dos Córregos – hoje, distrito de Córregos, pertencente a Conceição do Mato Dentro.

O sertanista Gabriel Ponce de Leon, ao se deparar com a riqueza da região, ergueu uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Foi no entorno do primitivo templo que o arraial começou a desenvolver-se, iniciando o processo de povoamento em função da descoberta de ouro nas margens do Ribeirão Santo Antônio e seus afluentes.

A formação urbana de Conceição do Mato Dentro, como a da maioria dos mais antigos núcleos coloniais de Minas, decorreu diretamente dos moldes de ocupação do solo determinados pela atividade de extração do ouro. As explorações tiveram início ao oeste da atual malha urbana, no córrego do Cuiabá; ao sul, no córrego do Vintém; e ao norte, no córrego da Conceição. Os agrupamentos pioneiros, constituídos de simples choças de madeira e capim, surgiram em pontos estratégicos, próximos às principais lavras, localizados junto aos pequenos córregos que banham a cidade.

A riqueza mineral da região é comprovada pelo significativo número de igrejas e capelas edificadas nos diversos arraiais ao redor de Conceição do Mato Dentro. Estas edificações religiosas, no estilo barroco, são todas ornamentadas, principalmente com pinturas de naves, tetos e altares.

O largo da primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1702, foi o ponto central para a construção de casas em seu entorno e, mais tarde, foi substituída pela atual Igreja Matriz. Em 1752 a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição tornou-se paróquia autônoma, sendo que a igreja esteve como parte do município de Serro até 1840.

¹ O histórico foi embasado na bibliografia especificada na metodologia.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 02 – Desenho das edificações localizadas à rua Direita (atualmente rua Daniel de Carvalho).
Fonte: Dossiê de tombamento da edificação que abriga, atualmente, o prédio da Prefeitura.



Figura 03 – Descida da rua Santana, em 1909. Fonte: Viagem através dos tempos e contratempos da história de Conceição do Mato Dentro, 1994.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Conceição pertencia à antiga Vila do Príncipe (atual Serro) e inúmeras foram as tentativas de emancipação, somente ocorrendo tal fato em 1851 pela Lei n.º 553, com a denominação de Conceição do Serro. Em 1925 teve seu nome alterado para Conceição e somente recebeu o nome atual em 1943. A denominação de Conceição do Mato Dentro se deve à devoção dos Bandeirantes para com a Virgem Imaculada mais a associação ao vocábulo indígena “caeté” que significa “mato dentro”.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

4.1 – Histórico do bem cultural

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época precisa e a iniciativa de construção do prédio que, composto pela adaptação de dois sobrados geminados, teve, originalmente, destinação residencial.

Em 1905 foi adquirido para funcionamento de um colégio feminino, criado por iniciativa de Dom Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina. O estabelecimento inaugurou-se a 1º de dezembro de 1910 sob a denominação de Instituto São Joaquim e a direção de um grupo de religiosas italianas. Três anos depois recebeu por lei a equiparação de escola normal.

O prédio foi objeto de várias reformas e adaptações, mas sua fachada principal ainda conserva elementos característicos da arquitetura colonial.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Figura 04 – Fachada do imóvel.

No seu interior bastante modificado, a nota de maior interesse é a existência, num dos cômodos no pavimento térreo, atualmente utilizado como sala de visitas, forro pintado representando a história do “Filho Pródigo”, executado em 1790, mostrando figuras humanas curiosamente trajadas à moda da época. Este forro possui tombamento federal conforme inscrição nº 320, livro Belas Artes, folha 67, datada de 19 de novembro de 1948.



Figura 05 – Forro.

4.2 – Descrição arquitetônica

O imóvel encontra-se localizado na Rua Daniel de Carvalho nº 250. A sua localização é privilegiada no núcleo histórico da cidade de Conceição do Mato Dentro, e em seu entorno há edificações com a mesma linguagem arquitetônica. Trata-se de escola estadual de ensino médio e profissionalizante e a atual diretora é a senhora Helena Matilde Diana².

² Contato (31) 38681777

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ao longo dos anos a edificação passou por várias intervenções e acréscimos que acabaram descaracterizando-a. Houve alteração de acabamentos internos e alteração de vãos para permitir acesso aos acréscimos, entretanto a fachada principal manteve-se preservada, apresentando apenas barrado de pedras como intervenção descaracterizante. Houve intervenção na fachada principal no ano de 1998 e na cobertura em 2006, com revisão de todo o telhado. A edificação possui tombamento em nível municipal como conjunto paisagístico e o dossiê de tombamento foi encaminhado ao Iepha para fazer jus à pontuação do ICMS Cultural no ano de 1998.

Trata-se de sobrado colonial de dois pavimentos implantado no alinhamento da via. A cobertura do bloco original desenvolve-se em quatro águas, a cumeeira é paralela ao arruamento, a vedação é feita em telhas tipo capa e bica e beiral arrematado por cimalha de madeira.

Os vãos do primeiro piso são janelas de peitoril³ e do segundo piso são janelas de púlpito⁴, com sacadas guarnecidas de ferro moldado. As vergas são em arco abatido e as esquadrias são de madeira.

Internamente, possui vários ambientes, estando descaracterizado devido às adequações pelas quais o edifício passou, entretanto ainda mantém alguns dos acabamentos originais como pisos de ladrilhos hidráulicos, tabuado de madeira, etc.

Durante a vistoria, constatou-se que o imóvel encontra-se em mau estado de conservação e bastante descaracterizado. Apesar deste estado, a estrutura da edificação permanece em estado regular de conservação, o que facilita a recuperação da edificação como um todo.

O que há de mais preocupante no imóvel é a parte elétrica. Parte da fiação ainda é a original (“de pano”), houve intervenções sem critério nas instalações elétricas, com emendas, fiação externa junto a material combustível e há suspeita de sobrecarga nos circuitos. Como agravante, verificou-se que não há na edificação instalações para combate a incêndio e pânico, estando o edifício histórico completamente exposto a riscos de incêndios.

Além disso, parte da edificação foi interditada pelo corpo de bombeiros em 07/12/2006, devido o risco de queda do piso do segundo pavimento sobre o primeiro, correspondente ao local onde está situado o salão de festas.

Há várias esquadrias danificadas e/ou faltantes. Muitas delas estão empenadas, não sendo possível sua abertura. Outras se encontram faltantes, expondo a edificação às intempéries e acelerando processo de degradação do edifício.

Parte dos elementos de madeira (forros, pisos, esquadrias) encontram-se danificados pelo ataque de cupins e pela umidade. Há trechos em que não há forros, principalmente nas salas de aula existentes no segundo piso.

Há patologias nas instalações hidráulicas, que são antigas e apresentam vazamentos.

³ O vão aberto, no plano da parede, leva peitoril cheio.

⁴ Quando existe um balcão e um guarda-corpo isolado para cada janela



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

As fachadas apresentam manchas de umidade, trincas e descolamento do reboco.

Há patologias no muro de arrimo existente nos fundos da edificação, junto à quadra de esportes. P piso junto ao mesmo apresenta trincas profundas e estufamento, o que denuncia problemas estruturais.

Além de descaracterizar o patrimônio cultural, estas patologias prejudicam o pleno funcionamento da escola existente na edificação, expondo os alunos a riscos e prejuízos no aprendizado dos mesmos.



Figura 06 – Descolamento reboco.



Figura 07 – Barrado de pedras descaracterizante com pedras soltas.



Figura 08 – Trincas e fissuras.



Figuras 09 a 11 – Presença de umidade na edificação.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 12 e 13 – Presença de umidade nas alvenarias e grades nos vãos, descolamento do reboco e instalações hidráulicas externas às alvenarias.

Figura 14 – Umidade junto à base da edificação.



Figura 15 – Forro danificado.

Figura 16 – Sala de aula sem forro.

Figura 17 – Piso tabuado danificado.



Figuras 18 a 20 – Esquadrias danificadas ou faltantes.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 21 e 22 – Esquadrias danificadas.



Figuras 23 a 25 – Precárias instalações elétricas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 26 – Anexos à edificação original.

5- CONCLUSÕES

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

A edificação em questão possui valor cultural⁵, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência.

⁵ “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Acumula valores formais (estético, arquitetônico), turísticos, afetivos, históricos (de antiguidade), testemunho, raridade e identidade. Constitui-se referencial simbólico para o espaço e memória da cidade com significados histórico e arquitetônico dignos de proteção. O município reconheceu a importância deste imóvel ao inventariá-lo e posteriormente tombá-lo. Além disso, encontra-se em local de destaque, no núcleo histórico da cidade de Conceição do Mato Dentro.

Apesar de toda sua importância, o imóvel encontra-se em precário estado de conservação. Acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu com a deterioração do imóvel, entre eles a fragilidade dos materiais construtivos que ficaram expostos às intempéries, a antiguidade da edificação e intervenções sem maiores critérios técnicos. Além disso, houve omissão dos proprietários (antigos e atual), que deixaram de praticar ações de conservação⁶ preventiva e manutenção⁷ permanente no bem edificado. O poder público municipal, responsável pelo tombamento do imóvel em questão, deixou de zelar pelo patrimônio cultural, ao se omitir no dever de fiscalizar a integridade do bem tombado, de forma que devem responder solidariamente pelo dano ao imóvel, ainda que de forma indireta, pela omissão⁸.

A edificação mantém suas características estético-formais preservadas, houve intervenções descaracterizantes no decorrer dos anos, mas a fachada, a tipologia e o sistema construtivo original encontram-se preservados. Hoje ele sofre com o processo de degradação, sendo **urgente** sua restauração⁹. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção municipal competente.

Para intervir no objeto deverão ser consideradas recomendações das Cartas Internacionais¹⁰, que são base sólida no direcionamento de ações de intervenção.

⁶ Conservação : intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem , com intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁷ Manutenção : operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação . Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

⁸ O Estatuto da Cidade não deixa dúvida: proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural não é uma mera faculdade ou opção dos administradores das cidades e executores das políticas urbanas municipais, mas sim um dever indeclinável, uma inafastável imposição de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo.

⁹ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n ° 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹⁰ As cartas internacionais foram desenvolvidas em épocas diferentes com o objetivo de direcionar ações sobre os bens culturais de todo o mundo.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Nas intervenções devem ser respeitadas as recomendações da Carta de Atenas¹¹, onde é sugerido que nas intervenções em bens de valor histórico e arquitetônico, devem ser utilizados materiais e técnicas modernas sem alterar o aspecto e o caráter do edifício, “marcando a época” em que as intervenções foram realizadas. Sugere-se como principais medidas operativas:

Como medidas emergenciais, sugere-se:

- Elaboração e execução de projeto elétrico¹² para toda a edificação O projeto de instalação elétrica deve ser desenvolvido para atender as necessidades básicas da edificação, obedecendo aos critérios de funcionalidade operacional, facilidade de manutenção, utilização de materiais nacionais de fácil aquisição e de boa qualidade, padronização de materiais, harmonia de conjunto, economia e, sobretudo segurança. Todos os materiais utilizados devem possuir a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.
- Elaboração e execução de projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico.
- Vedação dos vãos sem esquadrias ou vidros, com o devido cuidado para não danificar o material original, buscando evitar que as intempéries acelerem o processo de degradação do imóvel.
- Além disso, devem ser realizados serviços de estabilização e consolidação da estrutura do salão de festas, que se encontra interditado, com aproveitamento do material em bom estado de conservação e substituição das peças deterioradas.

Além disso, sugere-se:

- Estrutura e muro de arrimo - Conhecer e identificar o tipo e a profundidade da fundação e avaliar o estado de conservação dos materiais. Para isto, é necessária a realização de prospecção, para que seja feito um diagnóstico mais preciso das causas do aparecimento de trincas e descolamento do reboco e possíveis soluções para o problema. A solução de cada caso exige um diagnóstico cuidadoso a ser realizado por especialista na área de estruturas, que identificará o principal agente

¹¹ Documento elaborado durante o Congresso internacional de arquitetura moderna, realizado em Atenas, em Novembro de 1933. “Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.”

¹² Todo projeto de instalação elétrica deve ser realizado por um profissional habilitado (técnico em eletrotécnica ou engenheiro eletricista dentro das suas limitações), com registro no CREA; deve seguir todos os preceitos das normas técnicas da ABNT, além de ter o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) que garante ao usuário e ao profissional a certeza de um trabalho correto.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

causador de patologias e, de acordo com as condições do terreno e da fundação, estabelecerá recomendações técnicas próprias para solução. Após identificação e solução das causas reais dos problemas apresentados, deve-se proceder ao selamento das fissuras, reintegração de reboco e pintura. Deverá haver recomposição do reboco, utilizando argamassa compatível com o sistema construtivo existente.

- Recuperação das esquadrias e ferragens, aproveitando o material em bom estado de conservação. As esquadrias faltantes deverão ser executadas, seguindo os modelos pré-existent, tendo como referência os modelos existentes na edificação e fotos e documentos antigos;
- Imunização de todas as madeiras com ataque de insetos xilófagos;
- As tábuas do piso ainda existentes deverão ser recuperadas;
- Os forros existentes devem ser recuperados e os faltantes instalados;
- Deverá ser desenvolvido projeto hidráulico compatível com o uso existente. Toda tubulação hidráulica externa à edificação deverá ser retirada;
- Deverá ser previsto sistema de drenagem de águas pluviais eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação;
- É fundamental buscar a autenticidade, ou seja, todo o material original que se encontra em bom estado de conservação (pisos, alvenarias, estrutura, telhas, etc) deverá ser reaproveitado. Deve-se procurar manter os mesmos padrões estéticos, manter diálogos entre os cômodos, materiais, ambientes. É possível que o material preservado não cubra a totalidade da edificação, mas pode-se adotar o seguinte critério: utilização do material original nas partes mais nobres e mais visíveis, utilizando material novo em outras áreas, mas sempre indicando que aquele não é o revestimento original.
- Garantir a manutenção periódica da edificação, através da conservação preventiva, que são intervenções de menor complexidade e baixo custo que possibilitam prevenir danos maiores e, freqüentemente, irreversíveis.
- Deverá ser elaborado Plano Diretor do Colégio São Joaquim, que irá direcionar e traçar diretrizes para que os futuros acréscimos não comprometam a edificação tombada.

Obs.: A cidade de Conceição do Mato Dentro instituiu através da Lei municipal nº 1953/2009 o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, que destina-se, entre outros itens, à guarda, conservação, preservação e ao restauro dos bens culturais protegidos existentes no município. Parte dos recursos do fundo, segundo a referida Lei, serão provenientes do “valor integral dos repasses recebidos pelo município a título de ICMS Cultural”. Em consulta ao site da Fundação João Pinheiro foi verificado que o município de Conceição do Mato Dentro recebeu os seguintes repasses de ICMS, critério patrimônio cultural :

ano de 2008 – R\$ 403.179,38

ano de 2009 – R\$327.819,83



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

ano de 2010 (até o mês de junho) – R\$173.375,93

Estes recursos , como define a Lei, devem ser investidos no restauro dos bens culturais protegidos existentes no município, entre eles o Colégio São Joaquim.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se julgarem necessários. Segue este laudo, em 14 (quatorze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2010.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Karol Ramos Medes Guimarães
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785

